

**PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO
EM EDUCAÇÃO NO CAMPO**

Detalhamento da Proposta

1. Nome do Curso: Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Educação do Campo – Escola da Terra

Prof. Responsável: Prof. Dra. Maria Cristina dos Santos

2. Resumo:

A formação de especialistas em Educação no Campo visa torná-los aptos a intervir sobre a realidade educacional nas escolas definidas como destinatárias da educação do campo e, em conformidade com o decreto 6755/2009. Neste contexto, este curso visa capacitar pedagogos e/ou outros licenciados que dominem os conteúdos das diferentes áreas do conhecimento e aptos a atuar de forma interdisciplinar nas escolas do campo. Intenciona também capacitar os professores para que sejam capazes de desenvolver uma análise crítica da realidade, para que possam intervir sobre a mesma; assim como ampliar a formação de professores com licenciatura plena em Pedagogia, e/ou outros licenciados, egressos do público do Escola da Terra, no que couber. Com isto, é esperado que se capacite educadores, preparando-os para a prática social que se diferencie dos tradicionais perfis de educadores de escolas do campo, por contemplar três dimensões fundamentais: a competência técnico-científica, a postura política de educador preocupado com a transformação social e, sobretudo, a capacidade de dialogar com as comunidades para apreender e incorporar a sabedoria popular nos processos de tomada de decisões e no enfrentamento dos desafios do cotidiano.

3. Apresentação do Curso: definição, justificativa e relevância

Com o objetivo de melhorar a qualidade da educação básica, a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e a Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação (SEMESP) se engajam na busca de melhoria da qualificando dos professores que atuam preferencialmente no campo nos municípios brasileiros.

O curso de especialização será composto de um total de 5 módulos com 60 horas cada, mais 60 horas destinadas a elaboração de TCC, resultando numa carga horária de 360 horas. A presente proposta trata do oferecimento de Especialização em Educação no Campo, que busca formar os participantes para atuarem com autonomia junto a seus pares na concepção, elaboração e implementação de projetos de ensino-aprendizagem tanto no âmbito escolar quanto no âmbito comunitário mais amplo e justifica-se, primordialmente, pelas crônicas demandas colocadas pela realidade social do campo brasileiro, onde a necessidade de formação profissional dos seus habitantes vem sendo historicamente ignorada.

Apesar da importância que sempre teve para o crescimento econômico do país, o modelo de desenvolvimento econômico-social adotado no Brasil, tornou a atividade agropecuária uma espécie de alavanca do processo de industrialização, subordinando o rural ao urbano. Segregou e privou os sujeitos do acesso aos direitos sociais básicos, entre eles a educação, sobretudo no que diz respeito ao acesso à escola.

Assim, a educação da população que vive no campo tem se configurado como uma questão complexa e desafiadora. O Censo 2010 divulgado pelo IBGE apontou que o país tem 14.612.183 de analfabetos entre mais de 162 milhões de brasileiros com mais de dez anos de idade, o que representa 9,02% da população a partir desta faixa etária. Destes, 9,4 milhões de pessoas que não sabem ler nem escrever vivem em áreas urbanas e 5,2 moram em zonas rurais. Em 2000, o Censo do revelava a existência de cerca de 24 milhões de analfabetos no Brasil, ou seja, 16% da população brasileira não sabia ler e nem escrever. Dos que viviam no campo, cerca de 31% eram analfabetos, o que confirma a necessidade de elaboração e implementação de políticas públicas específicas para a realidade do campo. São amplamente conhecidos os problemas que envolvem a organização e o funcionamento das escolas neste meio.

O relatório da Pesquisa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PNERA, realizada em 2004 através de parceria estabelecida entre o PRONERA, o INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, e a FIPE - Fundação de Pesquisas Econômicas da USP para caracterizar a demanda educacional e diagnosticar a situação do ensino ofertado em escolas localizadas nos assentamentos ou em seus arredores, mostrou a realidade educacional dos assentados brasileiros (Brasil, 2005). Este censo abrangeu 5.595 assentamentos de reforma agrária instalados pelo Incra a partir de 1985 em 1.651 municípios quando foram entrevistados presidentes de associações, dirigentes ou professores das escolas que atendiam a população assentada e as famílias assentadas.

O relatório mostra que 96,5% dos assentados não são atendidos por creches, 84,1% das crianças assentadas freqüentam o ensino fundamental de primeira à quarta série, porém, da quinta à oitava série esta porcentagem cai para 26,9% e apenas 1% tem acesso ao curso superior. Esses números evidenciam que não está sendo oferecida a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola e que existe urgência na proposição de medidas que possam contribuir para reverter esta situação. Quanto às escolas, 70,5% delas possuem turmas multisseriadas e 20,9% dessas turmas existem devido à falta de professores. A maioria dos professores entrevistados não reside nos assentamentos (apenas 12.900 dentre os 38.035) e tem pouca experiência de trabalho na zona rural (61,2% dos professores possuem menos de cinco anos de trabalho na zona rural). Apenas 65,9% das escolas pesquisadas ofertaram capacitação, atividade para formação de professores.

Além disso, a pesquisa de Avaliação da Qualidade dos Assentamentos, Produção e Renda, nos assentamentos de reforma agrária de todo o país, realizada em 2010 pelo INCRA em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, apontam, através dos dados obtidos através de entrevistas às famílias assentadas em um processo de amostragem, composto por 16.019 famílias, em 1.161 assentamentos nos 26 estados do país, nos mostra que o Estado de São Paulo possui:

Arroyo & Fernandes (1999) também demonstraram que os projetos educativos destinados aos que moram no campo não preparam adequadamente os trabalhadores para enfrentarem as transformações do espaço rural, permanecendo a baixa qualidade e a inadequação da proposta pedagógica e o elevado grau de paternalismo e assistencialismo existente na gestão das escolas, que não atendem às necessidades da população em termos de oferta de vagas e qualidade de ensino. A literatura tem mostrado que a falta de instrução e de estudo dos trabalhadores do campo intensifica a marginalização e a pauperização, tornando-os cada vez mais alheios ao mundo urbano e "moderno", o que só faz aumentar o fosso que distancia os pobres dos ricos, o campo da cidade.

Nesse sentido, o curso tem como base, a pesquisa, partindo sempre da relação teoria e prática, desenvolvidas no tempo-comunidade e tempo-escola em todas as disciplinas do currículo, de modo a ampliar a relação entre ensino, pesquisa e extensão, visando um maior conhecimento do meio em que o aluno se insere.

Os assentados, beneficiários de projetos de reforma agrária estão ganhando expressividade no cenário nacional como um grupo social ao somarem, aproximadamente, quinhentas mil pessoas. Legalmente reconhecida desde o início da década de 1970, época em que os projetos de colonização proliferaram como forma de ocupação segura do território e de expansão da fronteira agrícola, a figura do assentado rural foi crescendo em número e importância no cenário rural a partir de meados da década de 1980, quando se intensificou a luta social pela reforma agrária e aumentou significativamente o número de assentamentos rurais.

É importante destacar que a condição do assentado não é provisória e nem marginal. Este sujeito social tem existência e peculiaridades em relação aos demais grupos sociais que devem ser levadas em conta quando se trata de considerar seus direitos e deveres, especialmente em relação à educação. Por ser um direito que lhe é constitucionalmente garantido, assim como para todos os brasileiros, o trabalhador do campo deve ter acesso à educação pública, em todos os níveis e equivalente em qualidade à que é oferecida aos da cidade.

Quanto às peculiaridades que envolvem a condição de assentado, o fato de tratar de pessoas que vivem em assentamentos rurais, locais onde residem, trabalham, constituem famílias e vínculos comunitários justificam a necessidade de receber formação adequada que possibilite a sua integração social dentro e fora do assentamento e o desenvolvimento integral do seu potencial intelectual.

O grupo de estudos e pesquisas sobre educação do campo da UFSCar já conta com a experiência de ter formado uma turma de pedagogia da terra entre os anos de 2008 e 2011 e, estar formando uma turma que se iniciou em 2014. Além disso, desenvolveu formação do programa escola ativa.

A discussão sobre educação no Estado de São Paulo tem se restringido quase que exclusivamente à educação do setor urbano. Há um certo discurso tanto na academia, quanto nos meios políticos, de que o Estado não tem mais campo e que toda a formação deve ocorrer nos centros urbanos. Esse discurso tem levado o governo do Estado e alguns municípios a fechar escolas no meio rural e transportar as crianças que habitam no campo para as cidades, para aí, ter acesso à escola.

Embora seja recorrente o discurso de que São Paulo não teria quase trabalhadores em áreas rurais em virtude do alto nível de industrialização alcançado pelo Estado, estamos nos deparando com dados importantes sobre a escolarização no campo paulista que nos apontam uma grande quantidade de municípios com escolas multisseriadas para o atendimento educacional deste setor da população. Estes dados aos quais nos referimos evidenciaram-se na adesão ao curso do programa Escola Ativa, uma das ações voltadas para a melhoria das escolas do campo vinculadas ao financiamento proveniente do Plano de Ações Articuladas (PAR). No ano de 2008 houve a adesão de 30 municípios que solicitaram a formação de 31 técnicos. No ano de 2009 tivemos a adesão de 87 municípios, sendo que 6 deles, por razões distintas resolveram cancelar a inscrição. Além destes, temos mais 28 municípios que confirmaram adesão em 2010 e, no ano de 2012, 83 municípios aderiram ao PAR e ao Programa Escola da Terra. De acordo com dados do Censo Escolar do INEP referente a consulta do ano de 2019, o estado de São Paulo tem aproximadamente 1.230 estabelecimentos de educação básica localizados na área rural, mais de 5.500 turmas multisseriadas e em torno de 10.600 docentes atuando na Educação Básica.

Após longo período de luta, buscando implementar um Curso de Pedagogia da Terra no estado de São Paulo, a Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar do Estado de São Paulo – FAF; Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo – FERAESP; Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST e Organização de Mulheres Assentadas e Quilombolas do Estado de São Paulo – OMAQUESP

encontraram abertura na UFSCar, através do trabalho de um grupo de professores, precursores nas pesquisas sobre Educação do Campo.

A partir dessa articulação, a primeira turma de Pedagogia da Terra paulista foi ofertada pela Universidade Federal de São Carlos e teve início em Janeiro de 2008, com 58 educandos, oriundos de assentamentos e comunidades camponesas de todo o estado de São Paulo.

Em 2014, foi feita uma nova oferta do curso de Pedagogia da Terra, iniciando no segundo semestre letivo com 38 alunos aprovados para ingresso. A segunda turma concluiu o curso em julho de 2017, e contemplou alunos dos estados de São Paulo, Minas Gerais e Pará.

Ainda no bojo das atividades de formação de professores que atuam nas escolas de Educação Básica do Campo, no período de 2016/2018, ofertamos, o curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Educação no Campo de Pós-Graduação, capacitando 50 profissionais de educação de escolas do campo de diferentes regiões do país. Essa experiência acumulada nesses cursos de formação de professores tanto inicial quanto continuada nos capacitaram, também, para a realização do Escola da Terra.

Em âmbito nacional, em 2013 houve a implantação do Curso de Aperfeiçoamento Escola da Terra, como uma das ações do PRONACAMPO, ação instituída pela Portaria 579 de 12 de julho de 2013. O PRONACAMPO, Programa Nacional de Educação do Campo, instituído pela Portaria nº 86 de 01 de fevereiro de 2013, define ações específicas de apoio quanto à efetivação do direito à educação dos povos do campo e quilombola, destinado à ampliação e qualificação da oferta de educação básica e superior às populações do campo, e desenvolvida pela União em regime de colaboração com os estados, os municípios e o Distrito Federal.

Além desse marco que é a criação do PRONACAMPO, há ainda que se considerar outros dispositivos legais que subsidiam as ações de formação que ora se apresenta, como a Constituição Federal de 1988 - art. 214 que trata sobre a educação; Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (especialmente o Título VI, artigos nº 61 e 62 que estabelece a formação de professores); a Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001 que institui o Plano Nacional de Educação e Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003, que altera a Lei nº 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira; Lei nº 12.695 de 26 de julho de 2012, que dispõe sobre o apoio técnico ou financeiro da União no âmbito do Plano de Ações Articuladas e altera a Lei no 11.494, de 20 de junho de 2007, para contemplar com recursos do FUNDEB as instituições comunitárias que atuam na educação do campo; Decreto nº 7.352 de 04 de novembro de 2010, que dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA; as resoluções do Conselho Nacional de Educação – CNE, Câmara de Educação Básica – CEB, a saber: a de Nº 01, de 03 de abril de 2002, que institui as Diretrizes Operacionais para as Escolas do Campo, a de Nº 02 de 28 de abril de 2008, que institui as Diretrizes Operacionais Complementares para as Escolas do Campo e a de Nº 8 de 20 de novembro de 2012, que define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica.

A oferta deste Curso de Especialização em Educação do Campo – Escola da Terra, é uma ação de formação continuada destinado a professores em exercício em escolas do campo e quilombolas, resultado do acolhimento de proposta da Coordenação-Geral da Educação Indígena, do Campo, Quilombola e de Tradições Culturais (CGICQTC/DMESP), da Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação (SEMESP) do Ministério da Educação em colaboração com estados e municípios, exclusiva para IES que ofertaram e/ou ofertam o curso Escola da Terra/MEC. Essa iniciativa é uma das primeiras voltadas a esse público alvo, professores de escolas multisseriadas rurais.

O custo da complementação será pago pelo MEC, mediante celebração de novo TED. O pagamento de bolsas para os professores, coordenadores, tutores nas IES, estado e municípios referentes a execução da proposta também será de responsabilidade do órgão concedente – SEMESP/MEC.

O Programa Escola da Terra, teve a primeira edição no estado de São Paulo no ano de 2018, oferecido em nível de Aperfeiçoamento em Educação do Campo e desenvolvido pela Universidade Federal de São Carlos. Na ocasião, tivemos 3 polos: São Carlos, Cunha e Eldorado. Nesses polos atendemos professores de 10 municípios: Araras, Bragança Paulista, Cunha, Eldorado, Guaratinguetá, Ilhabela, Itapetininga, Pedro de Toledo, São Carlos e São José do Rio Pardo.

A equipe de docentes envolvida no processo conseguiu articular os 3 polos localizados em regiões distantes uma das outras e isso possibilitou que professores de escolas multisseriadas de educação básica rurais tivessem uma formação contextualizada em localidades onde normalmente o acesso é difícil. O corpo docente foi composto por professores lotados no Departamento de Educação, na UFSCar-São Carlos. A aceitação e impacto da formação dos cursistas do Escola da Terra foram significativos, como manifestaram os professores e representantes das secretarias de educação dos municípios atendidos, presentes no Seminário de Encerramento. Realizamos o Aperfeiçoamento Escola da Terra por módulos que se constituem em Seminário Inicial, Seminário final e os demais módulos correspondem às áreas de conhecimento, como é de praxe na formação na Educação do Campo.

No ano de 2020 iniciamos a segunda oferta do curso Escola da Terra, com 120 professores da educação básica de três polos: Limeira - que agrega mais dois municípios, Iracemápolis e Piracicaba - Guaratinguetá e Bragança Paulista.

O Êxito da formação pode ser identificado sob algumas óticas: a) Planejamento pedagógico e financeiro bem realizado; b) Equipe constituída por docentes com vasta experiência em Educação do Campo; C) Seguimento das orientações da SEMESP/MEC/Coordenação-Geral de Educação Indígena, do Campo, Quilombola e de Tradições Culturais; D) Parcerias com as SEMEDs dos Municípios atendidos e SEDUC de São Paulo.

Em meados de 2021 recebemos a proposta para oferta para o Curso de Especialização com novos conteúdos, voltados principalmente a prática docente, totalizando 360 horas de formação, com a execução nos anos de 2022 e 2023. Para esta oferta temos o indicativo de 60 alunos cursistas. A importância da especialização para os professores das escolas do campo e quilombolas, vai além dos números, serão atendidas pessoas cuja formação em diversas áreas não chega a elas devido a diversos fatores e o geográfico não é um fator menor. O empenho da Equipe Coordenação-Geral de Educação Indígena, do Campo, Quilombola e de Tradições Culturais – CGEICQTC/DMESP/SEMESP/MEC não nos passa despercebida, pois esta ação sendo simétrica entre MEC, Universidade e Secretarias de Educação possibilita uma formação continuada de qualidade, que, no caso do estado de São Paulo, como dito anteriormente, gera uma expectativa positiva para esta segunda turma.

É fundamental a busca pela garantia de educação de qualidade na rede pública de ensino, condizente com uma organização curricular que respeite as especificidades do campo e o reconhecimento de que um profissional de ensino em constante formação é peça fundamental na construção de um projeto educacional para as escolas do campo.

Com efeito, busca-se, dentre outros aspectos, discutir as práticas docentes, a Base Nacional Comum Curricular, a realidade das salas de aula das escolas do campo e ampliar os horizontes e as reflexões sobre a Educação no Campo de modo a instrumentalizar o trabalho do professor nas suas atividades diárias com os alunos e, conseqüentemente, contribuir para o progresso educacional melhorando qualitativamente sua atuação e

desempenho em sala de aula. Propõe-se a fazer com que este espaço de formação seja um espaço de trocas de conhecimentos teóricos e práticos sobre o cotidiano escolar, potencializado na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, necessários para a inserção qualificada da universidade nas unidades escolares do campo e quilombolas, quanto para a qualificação dos professores/cursistas envolvidos

4. Público Alvo

Professores (as) que atendam aos seguintes critérios:

- 1- portadores de diploma de graduação e/ou licenciatura em Pedagogia ou outra licenciatura
- 2- Ser professor efetivo das redes oficiais de ensino do Estado de São Paulo que atuem preferencialmente nas escolas e ou salas multisseriadas do campo, da Educação Infantil e ou dos anos iniciais do Ensino Fundamental;
- 3- Será levado em consideração a disponibilidade do candidato para realização do curso que envolve atividades formativas nos finais de semana;
- 4- A seleção será realizada através de memorial e carta de intenção para realização do curso.
- 5- como critério classificatório será considerado o tempo de magistério na educação do campo, idade (mais velho) e aprovação no curso de aperfeiçoamento Escola da Terra - UFSCar.

O edital está publicado no site www.gepec.ufscar.br/especializacao.

5. Concepção, finalidades e objetivos

OBJETIVOS

3.1. Geral:

Proporcionar formação continuada de professores (as) da Educação Básica de escolas do campo, possibilitando o aprofundamento de questões relacionadas ao trabalho educativo cotidiano em intersecção com teorias e metodologias centradas em práticas pedagógicas que facilitem o trabalho do professor na escola em que se insere e em conformidade com as diretrizes nacionais operacionais para a Educação do Campo.

3.1.1. Específicos:

Os objetivos específicos para esse curso de especialização englobam ensino, pesquisa e extensão, visando aprofundamento de estudos e reflexões sobre a prática pedagógica nas escolas do campo, o trabalho educativo e a pesquisa.

1- capacitar pedagogos e/ou outros licenciados que dominem os conteúdos das diferentes áreas do conhecimento e aptos a atuar de forma interdisciplinar nas escolas do campo;

2- capacitar professores para que sejam capazes de desenvolver uma análise crítica da realidade, para que possam intervir sobre a mesma;

3- ampliar a formação de professores com licenciatura plena em Pedagogia, e/ou outros licenciados preparando-os para atuar em áreas rurais, cuja prática social se diferencie dos tradicionais perfis de educadores de escolas do campo, por contemplar três dimensões fundamentais: a competência técnico-científica, a postura política de educador preocupado com a transformação social e, sobretudo, a capacidade de dialogar com as comunidades

para apreender e incorporar a sabedoria popular nos processos de tomada de decisões e no enfrentamento dos desafios do cotidiano.

4- Ampliar os estudos dos fundamentos pedagógicos e didáticos críticos voltados às especificidades das escolas do campo e quilombolas;

5- Discutir, elaborar e sistematizar, metodologias de ensino para/nas classes multisseriadas no campo e/ou quilombolas a partir das experiências dos professores/cursistas; visando à aprendizagem dos alunos;

6- Contribuir para o fortalecimento da escola do campo como espaço de socialização e apropriação do conhecimento historicamente produzido;

7- Promover reflexões sobre a gestão, planejamento, execução das políticas públicas de Educação do Campo no âmbito da administração da escola de forma a propor adequações e melhoramento na organização da escola e adequação a normativa da escola do campo;

8- Fortalecer a pesquisa como campo de trabalho docente na articulação de saberes cotidianos, teóricos e práticos visando uma inserção mais qualificada junto à comunidade escolar, fortalecimento de estratégias de ensino e melhoria da aprendizagem dos alunos.

6. Perfil Profissiográfico Pretendido (egresso)

Professor capacitado para compreender os procedimentos didáticos e as especificidades do ensino em escolas multisseriadas, utilizando os conhecimentos adquiridos no ensino, na pesquisa e na extensão para intervir na realidade das salas de aula das escolas paulistas do campo em atividades diárias com os alunos. Assim, por meio de sua atuação e desempenho, o egresso será capaz de contribuir para um processo educacional metodologicamente mais adequado às turmas multisseriadas e qualitativamente melhor.

7. Equipe de Trabalho

7.1. Membros Internos: nome completo, FUNÇÃO na equipe, Número UFSCar, CPF, Departamento/Centro, cargo, e-mail;

Membros Internos

1- nome completo: Maria Cristina dos Santos
FUNÇÃO na equipe: coordenadora/professora/orientadora
Número UFSCar: 706421
CPF: 11010000829
Departamento/Centro: Departamento de Educação/CECH
Cargo: professora
e-mail: cbezerra@ufscar.br

2- nome completo: Luiz Bezerra Neto
FUNÇÃO na equipe: professor/vice coordenador/orientador
CPF: 057345758-10
Departamento/Centro: Departamento de Educação/CECH

Cargo: professor
e-mail: lbezerra@ufscar.br

3- nome completo: Manoel Nelito Matheus Nascimento
FUNÇÃO na equipe: Professor/orientador
CPF: 296.808.598-00
Departamento/Centro: Departamento de Educação/CECH
Cargo: professor
e-mail: mnelito@yahoo.com.br

4- nome completo: Giselle Mode Magalhaes
FUNÇÃO na equipe: Professora/orientadora
CPF: 226.543.008-03
Departamento/Centro: Departamento de Educação/CECH
Cargo: professora
e-mail: gisellemagalhaes@ufscar.br

5- nome completo: Maria Carolina Orlando Rosa Barbosa
FUNÇÃO na equipe: Serviço especializado em secretariado para desenvolvimento das atividades do curso
CPF: 269.507.446-46
Departamento/Centro: Departamento de Educação/CECH
Cargo: Técnica Administrativa
e-mail: mcrobarbosa@yahoo.com.br

6- nome completo: Mateus Henrique Turini
FUNÇÃO na equipe: Professor/orientador
CPF: 378.260.458-00
Departamento/Centro: Departamento de Educação/CECH
Cargo: doutorando PPGE
e-mail: mateusturini@prof.educacao.sp.gov.br

7- nome completo: Paulo Henrique de Vasconcelos
FUNÇÃO na equipe: Professor/orientador
Número UFSCar:
CPF: 396.871.648-59
Departamento/Centro: Departamento de Educação/CECH
Cargo: doutorando PPGE
e-mail: paulohvasc@gmail.com

8- nome completo: Patric Oberdan dos Santos
FUNÇÃO na equipe: Serviço técnico administrativo para atividades do curso
CPF: 431.507.658-97
Departamento/Centro: Departamento de Educação/CECH
Cargo: mestrando PPGE
e-mail: patric.oberdan@gmail.com

7.2. Membros Externos: nome completo, FUNÇÃO na equipe, RG, CPF, e-mail, data e cidade de nascimento, IES e/ou empresa, cargo, justificativa (para inclusão).

Membros Externos

1- nome completo: Adriana do Carmo de Jesus
FUNÇÃO na equipe: Professor Formador (aula, reunião técnica e seminário)
CPF: 316.858.058-92
e-mail: adrianapedago@gmail.com
IES e/ou empresa: Prefeitura Municipal de Campinas
Cargo: professora
justificativa (para inclusão): Professora com experiência em administração escolar e ensino em salas multisseriadas

2- nome completo: Klivia de Cassia Silva Nunes
FUNÇÃO na equipe: Professor Formador (aula, reunião técnica e seminário)
CPF: 31963641272
e-mail: klivia.nunes@ufu.br
IES e/ou empresa: Universidade Federal de Uberlândia
Cargo: professora
justificativa (para inclusão): professora pesquisadora sobre escola multisseriada rural com experiência na área.

3- nome completo: Maria Claudia Zaratini Maia
FUNÇÃO na equipe: Professor Formador (aula, reunião técnica e seminário)
CPF: 16196512897
e-mail: mclaudiam Maia@ig.com.br
IES e/ou empresa: Faculdades Integradas de Bauru
Cargo: professora
justificativa (para inclusão): professora com doutorado em direito a educação no campo, tema específico do curso.

8. Currículo Pleno Adotado: carga horária total, ciclos de estudo & fundamentação organizacional

O Projeto do Curso de Especialização tem a estrutura curricular focada no professor em formação continuada, portanto, considera as experiências advindas de sua prática pedagógica e incorpora conteúdos acadêmico sólidos visando sua inserção na realidade escolar de modo mais seguro e eficaz.

A articulação entre os conhecimentos acadêmicos e os práticos previstos nesse projeto se darão de duas formas: 1- pelo Tempo Escola Comunidade e 2- pela pesquisa. Com o intuito de atingir a segunda proposição, realizaremos seminários de pesquisa em momentos diferentes do curso, momento em que os cursistas estarão em contato com os orientadores e pesquisadores da área do ensino e da educação do campo para troca de conhecimentos e experiências de pesquisa, além de orientação e discussão sobre aspectos procedimentais da pesquisa em educação.

8.1. Ciclos de Estudo: descrição e detalhamento dos módulos & disciplinas / Carga Horária de módulos & disciplinas;

Disciplina: Trabalho e Educação no Campo - 60 Horas (30 horas Tempo Universidade e 30 horas Tempo Escola Comunidade)

Ementa: apresentará a Educação do Campo em seus aspectos históricos e legais, abordando e subsidiando os professores em relação a legislação educacional e a legislação que regula a Educação do Campo. Estará dividido em 2 blocos de conteúdo:

- 1- **Caracterização da educação do campo:** Apresentar os aspectos históricos da Educação do Campo, da relação capital/trabalho e Trabalho e Educação;
- 2- **educação do campo como direito**

Disciplina: Alfabetização, currículo e planejamento para a Educação no Campo - 90 Horas (45 horas Tempo Universidade e 45 horas Tempo Escola Comunidade).

Ementa: abordará questões referentes as teorias pedagógicas frequentes na Educação do Campo e, a partir delas, refletir sobre as práticas pedagógicas e formular propostas de intervenção na realidade dos cursistas nas escolas e classes multisseriadas rurais. Como é o eixo central e está voltado para a prática pedagógica, de subdivide em 3 eixos:

- 1- **História e estudos sobre Ideias pedagógicas no Brasil**
- 2- **Fundamentos Psicológicos da Pedagogia histórico crítica**
- 3- **Organização, Metodologias e práticas de ensino para Educação no Campo**

Disciplina: Educação no Campo e Relações Étnico-raciais - 30 Horas (15 horas Tempo Universidade e 15 horas Tempo Escola Comunidade).

Ementa: aborda as relações ético raciais com ênfase nas problemáticas do campo e comunidades quilombolas, as Metodologias e práticas no ensino de história. Lei n.º 10.639/2003 e Diretrizes Curriculares para a Educação das relações Étnico-Raciais e seus desdobramentos - Políticas de Ações afirmativas na educação escolar; - Contextualização da questão racial no Brasil - História da População Negra no Brasil -Cultura africana, afro-brasileira e a relação com o campo; -Aspectos históricos e sociais das questões quilombolas; - Quilombos e relações étnico-raciais no campo - Relações raciais no cotidiano escolar na escola do campo

Disciplina: Práticas e organização do ensino na Educação Infantil no Campo – 60 horas (30 horas Tempo Universidade e 30 horas Tempo Comunidade)

Ementa: Estudo dos períodos do desenvolvimento infantil na perspectiva da psicologia histórico-cultural, abrangendo o primeiro ano de vida, a primeira infância e a idade pré-escolar, apontando princípios e caminhos para a organização do ensino escolar na educação infantil no campo, tendo como referência a pedagogia histórico-crítica.

Disciplina: Princípios e métodos da Gestão das escolas do campo - 60 horas (30 horas Tempo Universidade e 30 horas Tempo Comunidade)

Ementa: O curso aborda o conceito, os objetivos e princípios básicos da Gestão Educacional. A gestão das escolas do campo e sua dimensão administrativa, financeira e pedagógica. A organização democrática da escola do campo: bases legais e os desafios para sua implementação. Bases sociológicas da gestão escolar, as tendências atuais e os impactos do modelo da administração empresarial sobre a organização escolar. O conceito público e privado e suas implicações na organização escolar. O papel do gestor escolar e a coordenação pedagógica na organização dos espaços educativos. Levantamento e análise da realidade escolar: O Projeto Político Pedagógico como um instrumento do

planejamento participativo e democratização da escola. Conselho Escolar como um instrumento de relação entre a escola e a comunidade.

Seminários de Pesquisa e TCC- Acontecerão três seminários (60 horas)

O primeiro seminário comporá a abertura do curso e acontecerá na universidade. Terá como objetivo apresentar aos alunos um panorama da Educação Rural e Educação no Campo no Brasil.

O segundo seminário integrador reunirá as discussões dos três módulos, antecipando as discussões do próximo módulo através de palestras com professores convidados com a temática "Educação no Campo e Pedagogia Histórico-Crítica e será organizado em blocos temáticos levantados no decorrer do curso. Cada bloco terá duração mínima de 2 horas para discussão e a apresentação do seminário terá duração de 12 horas.

No módulo 3 haverá o seminário de encerramento no qual apresentarão os resultados de todos os módulos, realizando discussões sobre metodologia e didática para educação no campo, de modo que os alunos apresentem, em grupos, estudos de casos e relatos de suas experiências a partir da implementação do curso Escola da Terra.

8.2. Estrutura Curricular (tabela) / Docentes Responsáveis

OBS. Dentro do período de vigência do TED poderá haver alteração no cronograma de execução das atividades previstas abaixo

Estrutura Curricular	Docentes Responsáveis
<p>Trabalho e Educação no Campo 60 Horas (30 horas Tempo Universidade e 30 horas Tempo Escola Comunidade)</p> <p>18/02/2022 19:00 22:00 19/02/2022 08:00 17:00 11/03/2022 19:00 22:00 12/03/2022 08:00 17:00 25/03/2022 19:00 22:00 26/03/2022 08:00 17:00 08/04/2022 19:00 22:00 09/04/2022 08:00 17:00 29/04/2022 19:00 22:00 30/04/2022 08:00 17:00</p>	<p>Luiz Bezerra Neto Maria Cláudia Zaratini Maia Maria Cristina dos Santos</p>
<p>Alfabetização, currículo e planejamento para a Educação no Campo 90 horas (45 horas Tempo Universidade e 45 horas Tempo Escola Comunidade)</p> <p>13/05/2022 14:00 22:00 14/05/2022 14:00 22:00 27/05/2022 19:00 22:00 28/05/2022 08:00 17:00 10/06/2022 14:00 22:00 11/06/2022 08:00 17:00 24/06/2022 19:00 22:00 25/06/2022 08:00 17:00 01/07/2022 18:00 22:00</p>	<p>Klivia de Cássia Nunes Mateus Henrique Turini Paulo Henrique de Vasconcelos Gisele Modé Magalhães Flávia Camila Gomes</p>

02/07/2022 08:00 17:00 15/07/2022 08:00 17:00 16/07/2022 08:00 17:00 29/07/2022 08:00 17:00	
Educação no Campo e Relações Étnico-raciais 30 horas (15 horas Tempo Universidade e 15 horas Tempo Escola Comunidade)	Manoel Nelito Mateus Nascimento
02/09/2022 19:00 22:00 03/09/2022 08:00 17:00 16/09/2022 19:00 22:00 17/09/2022 08:00 17:00 08/10/2022 08:00 15:00	
Práticas e organização do ensino na Educação Infantil no Campo 60 horas: (30 horas Tempo Universidade e 30 horas Tempo Comunidade)	Gisele Modé Magalhães Klivia de Cássia Nunes Mateus Henrique Turini Paulo Henrique de Vasconcelos Julia Mazinini Rosa
18/02/2022 19:00 22:00 19/02/2022 08:00 17:00 11/03/2022 19:00 22:00 12/03/2022 08:00 17:00 25/03/2022 19:00 22:00 26/03/2022 08:00 17:00 08/04/2022 19:00 22:00 09/04/2022 08:00 17:00 29/04/2022 19:00 22:00 30/04/2022 08:00 17:00	
Princípios e métodos da Gestão das escolas do campo – 60 horas (30 horas Tempo Universidade e 30 horas Tempo Comunidade)	Maria Cristina dos Santos Bezerra Adriana do Carmo de Jesus Maria Cláudia Zaratini Maia Klivia de Cássia Silva Nunes
13/05/2022 19:00 22:00 14/05/2022 08:00 17:00 27/05/2022 19:00 22:00 28/05/2022 08:00 17:00 10/06/2022 19:00 22:00 11/06/2022 08:00 17:00 24/06/2022 19:00 22:00 25/06/2022 08:00 17:00 01/07/2022 19:00 22:00 02/07/2022 08:00 17:00	
- Seminários de Pesquisa e TCC- Acontecerão três seminários 60 horas No decorrer do curso	Gisele Modé Magalhães Klivia de Cássia Nunes Maria Cristina dos Santos Bezerra Adriana do Carmo de Jesus

Maria Cláudia Zaratini Maia
Luiz Bezerra Neto
Manoel Nelito Mateus
Nascimento

8.3. Ementário dos Módulos e/ou Disciplinas.

Disciplina: Trabalho e Educação no Campo - 60 Horas (30 horas Tempo Universidade e 30 horas Tempo Escola Comunidade)

Ementa: Estuda os Paradigmas da educação do campo Brasileiro, as relações econômicas e sociais contemporâneas no campo e na cidade, bem como as Práticas educativas escolares e não-escolares nas comunidades indígenas, quilombolas e camponesas. O currículo das escolas do campo. O papel dos movimentos sociais na educação do campo e as escolas unidocentes com classes multisseriadas. Educação do Campo em seus aspectos históricos e legais, abordando e subsidiando os professores em relação a legislação educacional e a legislação que regula a Educação do Campo. Estará dividido em 2 blocos de conteúdo:

1- Caracterização da educação do campo: Apresentar os aspectos históricos da Educação do Campo, da relação capital/trabalho e Trabalho e Educação;

Conteúdos:

- Características sociais, políticas e econômicas do Campo Brasileiro.
- Heterogeneidade e características sociais, políticas, econômicas e culturais das populações do Campo;
- Movimentos Sociais do Campo. História e lutas pela educação do Campo (Encontros e Conferências do Campo);
- Contextualizar a multisserie como alternativa para a escola no campo

2- educação do campo como direito

discutir educação do campo como direito público subjetivo, a fundamentação jurídica focando as medidas que garantem a criação e a permanência das escolas no campo. Políticas públicas educacionais para o campo

Conteúdos:

- Aspectos conceituais e legais da educação do campo
- Educação do Campo como **direito humano** no contexto da política de desenvolvimento com igualdade social
- Educação como direito público subjetivo,
- Legislação educacional e as específicas para o campo.
- Políticas de Educação do Campo (Diretrizes e Programas em andamento); como coordenação pedagógica, gestão escolar, organização do ensino em diferentes modelos, como diz a resolução que regulamenta a escola do campo, a normatização da alternância, da multisseriada etc.
- Políticas públicas para educação no campo no estado de São Paulo

Disciplina: Alfabetização, currículo e planejamento para a Educação no Campo - 90 Horas (45 horas Tempo Universidade e 45 horas Tempo Escola Comunidade).

Ementa: abordará questões referentes as teorias pedagógicas frequentes na Educação do Campo e, a partir delas, refletir sobre as práticas pedagógicas e formular propostas de intervenção na realidade dos cursistas nas escolas e classes multisseriadas rurais. Como é o eixo central e está voltado para a prática pedagógica, de subdivide em 3 eixos:

1- História e estudos sobre Ideias pedagógicas no Brasil

Apresentar as teorias pedagógicas presentes na educação do campo e a construção histórica da Pedagogia Histórico Crítica de modo que os professores conheçam essa pedagogia e seu papel na valorização do saber escolar, na democratização do acesso ao conhecimento via conteúdo escolar e na valorização do professor

Conteúdos:

- Introdução a Pedagogia Histórico-Crítica.
- Estudos críticos sobre as pedagogias não-críticas, crítico-reprodutivistas e destaque para as pedagogias críticas dentre as quais a pedagogia histórico-crítica e as pedagogias hegemônicas na educação do campo;
- A função social da escola e a relação com o saber escolar

2- Fundamentos Psicológicos da Pedagogia histórico crítica

Apresentar os fundamentos psicológicos da Pedagogia Histórico crítica e a formação da personalidade do educando

Conteúdos:

- Introdução a Psicologia Histórico Cultural e suas relações com a Pedagogia Histórico-Crítica.
- Desenvolvimento do psiquismo e sua relação com a Educação Escolar;
- A ontologia do ser social e a teoria do conhecimento e do processo ensino-aprendizagem em salas multisseriadas

3- Organização, Metodologias e práticas de ensino para Educação no Campo

Apresentar possibilidades de organização, metodologias e práticas pedagógicas para as escolas multisseriadas rurais com ênfase para estratégias de ensino e aprendizagem em classes multisseriadas;

Conteúdos:

- Concepção de currículo
- Elementos curriculares e seus instrumentos de aplicação na escola/sala multisseriada
- Planejamento do processo ensino-aprendizagem em salas multisseriadas
- Organização do Trabalho Pedagógico em sala multisseriada,
- Sala multisseriada como espaço interdisciplinar de pesquisa, ensino e aprendizagem;
- Agrupamentos produtivos e possibilidades de aprendizagem nas salas multisseriadas
- Escola e Comunidade: aproximações Escola/Comunidade na aprendizagem dos alunos
- conceitos e avaliação da aprendizagem em sala multisseriada;
- Processo de alfabetização e letramento das crianças em multisseriação.
- Metodologias e práticas de ensino em matemática, ciências da natureza e linguagens

Disciplina: Educação no Campo e Relações Étnico-raciais - 30 Horas (15 horas Tempo Universidade e 15 horas Tempo Escola Comunidade).

Ementa: Estudos sobre a diversidade étnico-racial da sociedade brasileira; História e Geografia da África; História do Negro no Brasil; Cultura Africana e Afro-brasileira; Escola

e relações étnico-raciais. Reflexão sobre raça, etnia, racismo, discriminação, preconceito, etnocentrismo. Ideologia do branqueamento e o mito da democracia racial na educação brasileira. Políticas de Ações afirmativas na educação. A Lei 10.639/2003 e seus desdobramentos. Ações educativas de combate ao racismo e a discriminações.

Conteúdos:

- Metodologias e práticas no ensino de história.
- Lei n.º 10.639/2003 e Diretrizes Curriculares para a Educação das relações Étnico-Raciais e seus desdobramentos
- Políticas de Ações afirmativas na educação escolar;
- Contextualização da questão racial no Brasil
- História da População Negra no Brasil
- Cultura africana, afro-brasileira e a relação com o campo;
- Aspectos históricos e sociais das questões quilombolas;
- Quilombos e relações étnico-raciais no campo
- Relações raciais no cotidiano escolar na escola do campo

Disciplina: Práticas e organização do ensino na Educação Infantil no Campo – 60 horas (30 horas Tempo Universidade e 30 horas Tempo Comunidade)

Ementa: Estudo dos períodos do desenvolvimento infantil na perspectiva da psicologia histórico-cultural, abrangendo o primeiro ano de vida, a primeira infância e a idade pré-escolar, apontando princípios e caminhos para a organização do ensino escolar na educação infantil no campo, tendo como referência a pedagogia histórico-crítica.

Conteúdos:

- Educação Infantil no campo
- períodos do desenvolvimento infantil
- organização do ensino da educação infantil no campo

Disciplina: Princípios e métodos da Gestão das escolas do campo - 60 horas (30 horas Tempo Universidade e 30 horas Tempo Comunidade)

Ementa: O curso aborda o conceito, os objetivos e princípios básicos da Gestão Educacional. A gestão das escolas do campo e sua dimensão administrativa, financeira e pedagógica. A organização democrática da escola do campo: bases legais e os desafios para sua implementação. Bases sociológicas da gestão escolar, as tendências atuais e os impactos do modelo da administração empresarial sobre a organização escolar. O conceito público e privado e suas implicações na organização escolar. O papel do gestor escolar e a coordenação pedagógica na organização dos espaços educativos. Levantamento e análise da realidade escolar: O Projeto Político Pedagógico como um instrumento do planejamento participativo e democratização da escola. Conselho Escolar como um instrumento de relação entre a escola e a comunidade.

Conteúdos:

- conceito, objetivos e princípios básicos da Gestão Educacional
- gestão das escolas do campo: administrativa, financeira e pedagógica
- o gestor escolar e a organização das escolas do campo
- Projeto Político Pedagógico como um instrumento do planejamento participativo e democratização da escola
- Conselho Escolar como um instrumento de relação entre a escola e a comunidade

Seminários de Pesquisa e TCC- Acontecerão três seminários (60 horas)

O primeiro seminário comporá a abertura do curso e acontecerá na universidade. Terá como objetivo apresentar aos alunos um panorama da Educação Rural e Educação no Campo no Brasil.

O segundo seminário integrador reunirá as discussões dos três módulos, antecipando as discussões do próximo módulo através de palestras com professores convidados com a temática "Educação no Campo e Pedagogia Histórico-Crítica e será organizado em blocos temáticos levantados no decorrer do curso. Cada bloco terá duração mínima de 2 horas para discussão e a apresentação do seminário terá duração de 12 horas.

No módulo 3 haverá o seminário de encerramento no qual apresentarão os resultados de todos os módulos, realizando discussões sobre metodologia e didática para educação no campo, de modo que os alunos apresentem, em grupos, estudos de casos e relatos de suas experiências a partir da implementação do curso Escola da Terra.

9. Metodologia de Ensino: modelo conceitual (presencial, EaD, híbrido), estratégias de ensino e recursos a serem utilizados, atividades a serem desenvolvidas no modelo proposto, e formas e critérios de avaliação.

Do ponto de vista da organização do ensino, a proposta pedagógica deste curso de especialização se dará em regime de alternância entre Tempo Universidade e Tempo Escola/Comunidade. Em ambos os períodos e durante todo o curso, os alunos estarão em contato com a equipe de coordenação e com os professores formadores, que articularão o processo de ensino e aprendizagem, de modo que no período em que o aluno permanece na universidade serão trabalhados conteúdos propostos e discussão da teoria e no tempo em que o aluno vai para a escola/comunidade serão desenvolvidos estudos, investigações, intervenções e trocas de experiências na articulação entre a teoria e prática mediada pela universidade.

No tempo-escola o aluno elabora um plano de estudo e tem oportunidade de socializar a compreensão que tem da sua realidade sob todos os aspectos, o que é feito com base na sua experiência e no estudo da literatura. No tempo-escola/comunidade ele executa o plano de trabalho discutindo a sua realidade com a comunidade acadêmica e com seus pares provocando reflexões, planejando coletivamente as soluções e realizando experiências a partir de uma determinada concepção de ensino que seja adequada ao contexto local, às necessidades e interesses da comunidade escolar.

Ainda no tempo escola-comunidade os alunos terão total suporte da equipe acadêmica através do acompanhamento realizado neste período de formação. A equipe de formadores da universidade mediará o processo, atuando no tempo universidade com as atividades teóricas e do tempo comunidade atuando através do acompanhamento dos alunos, identificando dificuldades, ajudando a solucionar problemas e discutindo coletivamente novas questões apresentadas na realidade local, para que assim contribua de fato para melhoria da atuação do professor em sala de aula.

Nesta proposta, o tempo escola/comunidade, é também, tempo de pesquisa e extensão, representa um outro tempo e espaço de realização de exercícios teórico-práticos (o prático, entendido como prática social) e cumpre duas tarefas importantes: estimular e desenvolver a autonomia intelectual e formar professores aptos a discutir e propor soluções a desafios encontrados no seu fazer cotidiano.

Desta forma, o projeto pedagógico contempla, atividades presenciais sob a forma de disciplinas teóricas e parte no tempo escola-comunidade sob a forma de trabalho dirigido e supervisionado executado na comunidade escolar de origem dos participantes. A matriz

integrativa está estruturada em cinco módulos temáticos, cujos conteúdos das disciplinas procurarão explorar e interpretar a realidade dos participantes.

O Curso será em um período de 18 meses, sendo que as aulas terão frequência quinzenal com início previsto para fevereiro de 2022 e término em dezembro de 2022. O curso será realizado em Regime de alternância presencial e/ou em formato remoto (de acordo com as possibilidades do ano de 2022), tem carga horária de 360h, das quais 180 são destinadas as horas Teóricas (tempo Universidade), 180h às práticas (tempo Escola-Comunidade) e TCC (trabalho de conclusão de curso).

A previsão do curso é que seja presencial em regime de alternância conforme firmado com o MEC, entretanto, em virtude da condição sanitária provocada pela covid19, as atividades poderão sofrer modificações e ocorrer em formato remoto (dentro dos limites firmados com o MEC) via plataformas meet e classroom, de acordo com as normativas em vigor na UFSCar na ocasião da realização das atividades acadêmicas.

10. Avaliação de Nota e Frequência & Resultado Final

A avaliação é composta por dois eixos, o eixo de finalização dos conteúdos das disciplinas a ser realizada por escrito ao final de cada módulo, de acordo com exposto na Portaria GR nº 522/06, de 10 de novembro de 2006 que dispõe sobre normas para a sistemática de avaliação do desempenho dos estudantes e procedimentos correspondentes.

A avaliação é parte integrante e indissociável do ato educativo e vinculada ao processo de "ação-reflexão-ação", que compreende o ensinar e o aprender nas disciplinas/atividades curriculares do curso, na perspectiva de formar profissionais capazes de uma ação interativa e responsável na sociedade atual, caracterizada por sua constante transformação.

A avaliação constituir-se-á em uma prática de investigação constante, caracterizando-se como uma construção reflexiva, crítica e emancipatória e não passiva, repetitiva e coercitiva.

De acordo com a Portaria GR nº 522/06, o estudante será considerado aprovado quando obtiver, simultaneamente:

- I - Frequência igual ou superior a setenta e cinco por cento das aulas e/ou das atividades acadêmicas curriculares efetivamente realizadas;
- II - Desempenho mínimo equivalente à nota final igual ou superior a seis.
- III – Elaboração, realização e defesa do TCC

Concebe-se a pesquisa como estratégia de formação dos educandos, de maneira processual ao longo do curso e como instrumento pedagógico de investigação da realidade. O seminário integrador perpassará a mediação e problematização de temas ligados a pesquisa e a relação teoria-prática pedagógica desenvolvida no decorrer da elaboração dos TCCs, de forma articulada, buscando a consonância com a formação integral do sujeito que se quer formar no âmbito desta proposta de curso.

A conclusão da Especialização em Educação do Campo-Escola da Terra exige a integralização das disciplinas do Tempo Escola e das atividades do Tempo Comunidade e a aprovação na Defesa pública do TCC.

A banca de defesa do TCC é composta por 3 professores com a qualificação mínima de mestrado, dos quais um será o orientador.

Certificação

O Departamento de Educação e a Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal de São Carlos expedirão o Certificado de Conclusão do Curso, para os professores (as) em formação que cumprirem satisfatoriamente a carga horária programada, de acordo com o previsto na Portaria GR nº 522/06, de 10 de novembro de 2006 e que tenham realizado o TCC e tenham sido aprovados pela banca avaliadora.

11. Infraestrutura Institucional para Realização do Curso

A proposta do curso é presencial em regime de alternância entre atividades de Tempo Universidade e Tempo Escola/comunidade com previsão de 2 polos em cidades do interior de São Paulo – Limeira e Guaratinguetá. Quanto a infraestrutura da UFSCar para realização do curso estão: recursos humanos (professores, TAs, alunos de graduação e pós) equipamentos técnicos (computador, internet, papel, tinta, certificados), prédio, salas de aula e auditórios - (quando forem permitidas atividades coletivas presenciais)

12. Informações Complementares

Referências

BASSO, Jaqueline Daniela; SANTOS NETO, José Leite; BEZERRA, Maria Cristina dos Santos (Org.). *Pedagogia Histórico-Crítica e Educação no Campo: história, desafios e perspectivas atuais*. São Carlos: Pedro e João Editores e Navegando, 2016

BASSO, Jaqueline Daniela. *As escolas no campo e as salas multisseriadas no estado de São Paulo: um estudo sobre as condições da educação escolar*. 2013. 155f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, Programa de Pós-Graduação em Educação, São Carlos/SP, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/2650/4997.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em: 08 out. 2019.

BEZERRA, M. C. S.; BEZERRA NETO, Luiz; JUNQUEIRA, V. H. A luta por terra e por educação: estudo das condições de oferta educacional nos assentamentos rurais no estado de São Paulo Brasil. *Cadernos de Pesquisa em Educação PPGE.UFES*, v. 46, p. 127-149, 2017.

BEZERRA NETO, Luiz. *Educação do Campo ou Educação no Campo?* Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.38, p. 150-168, jun.2010

BEZERRA NETO, Luiz; SANTOS NETO, José Leite dos. (Org.) *POLÍTICAS "PÚBLICAS" e Educação Rural no Contexto da América Latina*. São Carlos: Pedro&João Editores, 2019.

BRASIL. Ministério da Educação/Instituto Nacional de Educação e Pesquisa/Ministério do Desenvolvimento Agrário/Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária. *Pesquisa Nacional da Educação na Reforma Agrária –PNERA*. Brasília, Abril de 2005. 158 p.

COSTA, E. F. L. B.; SANTOS, Maria Cristina dos. A pedagogia histórico crítica como paradigma educacional e concepção teórico-metodológica para a validação do produto educacional no PROFEPT: reflexões iniciais. REVISTA LABOR, v. 1, p. 175-199, 2020.

DOS SANTOS, M. C., & SILVA NUNES, K. de C. (2021). Currículo e saber objetivo na organização do ensino nas salas multisseriadas. Revista Exitus, 11(1).

DOS SANTOS, Maria Cristina; DOS SANTOS NETO, José Leite [Orgs.]. Formação de professores para escolas rurais no estado de São Paulo: o ensino em salas multisseriadas. São Carlos: Pedro & João Editores, 2021. 321p.

JESUS, A. do C. de; BEZERRA, M. C. dos S. A trajetória da escola isolada rural paulista no período republicano e a influência do ruralismo pedagógico. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, SP, v. 20. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8653190>. Acesso em: 23 set. 2021.

MAGALHÃES, Giselle Modé; MARTINS, Lígia Márcia. (2020) Onze teses sobre a relação entre psicologia educacional e pedagogia escolar. Revista Educação em Questão. Natal. v. 58, n. 55, p. 1-21, e-19150, jan./mar.

MAIA, Maria Cláudia. A proteção constitucional do direito à educação: os instrumentos jurídicos para sua efetivação. São Paulo: Porto de Ideias, 2011.

MARTINS, Lígia Márcia; MARSIGLIA, Ana Carolina Galvão. (2014) Contribuições gerais para o trabalho pedagógico em salas multisseriadas. Nuances: estudos sobre Educação, Presidente Prudente-SP, v. 25, n. 1, p. 176-192, jan./abr.

NASCIMENTO, Manoel Nelito M. Notas sobre a História da População Negra no Brasil. In: MARTINS, Marcos Francisco; VARANI, Adriana (org). Educação das relações étnico-raciais – Apontamentos críticos e a realidade da região de Sorocaba. São Carlos, EdUFScar, 2015

NUNES, Klivia de Cassia Silva; Bezerra, Maria Cristina dos Santos. Escolas multisseriadas rurais no Estado do Tocantins e pedagogia histórico-crítica: aproximações. Revista HISTEDBR On-Line, 18(1), p. 258-275, 2018.

NUNES, K. de C. S., & SANTOS, M. C. dos. (2021). Educação no Campo e a Pedagogia Histórico-Crítica: reflexões teórico-metodológicas sobre o processo educativo. Revista Educação e Políticas Em Debate, 10(2), 750-768.

SILVA NUNES, K. C.; SANTOS BEZERRA, M. C. DOS. ESCOLAS MULTISSERIADAS E A PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA: INÍCIO DE UMA REFLEXÃO. Educação: Teoria e Prática, v. 28, n. 58, p. 408-425, 30 ago. 2018.

VASCONCELOS, P. H. Educação do campo: marcos normativos. Quais indivíduos as políticas públicas pretendem formar? Revista HISTEDBR On-line, Campinas, v. 18, n. 3, p. 865-883, 2018. Disponível em: <[http:// dx.doi.org/10.20396/rho.v18i3.8652125](http://dx.doi.org/10.20396/rho.v18i3.8652125)>. Acesso em: 02 ago. 2020.